

## FORMAÇÃO DOCENTE: PROJETO LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lisiane de Fatima Ribas de Oliveira <sup>1</sup>  
Leziany Silveira Daniel <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo, de natureza qualitativa, investiga a formação docente no contexto da leitura e escrita na Educação Infantil, analisando o impacto da formação continuada oferecida pelo Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com universidades do sul do Brasil. O estudo foca nas práticas pedagógicas de alfabetização e letramento, destacando a importância de integrá-las de forma lúdica e significativa, respeitando a infância e promovendo o desenvolvimento integral das crianças. A autora, como formadora do projeto, reflete sobre sua experiência e a dos professores em formação, enfatizando a necessidade de uma formação que valorize a infância e a construção de saberes de maneira contextualizada. O artigo aborda ainda as transformações na Educação Infantil a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reforçam práticas como contação de histórias, brincadeiras e jogos para o contato das crianças com a cultura escrita. Discute-se também os desafios enfrentados pelos professores, como a desvalorização da profissão e a falta de recursos, e a relevância do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para a melhoria do ensino público. Conclui-se que a formação continuada é essencial para práticas pedagógicas qualificadas, promovendo uma Educação Infantil que respeite os direitos das crianças e prepare-as para o contato com a escrita de forma respeitosa e instigante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil; Formação de professor; Escrita; Leitura; Práticas pedagógicas

### INTRODUÇÃO

Ao longo da minha trajetória como professora da Educação Infantil, diversas vezes me vi refletindo sobre as práticas pedagógicas voltadas para a etapa pré-escolar. Essa fase exige um equilíbrio delicado: despertar o interesse das crianças para os primeiros passos da aquisição do código escrito, sem deixar de respeitar e garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento próprios da Educação Infantil. Essas inquietações me impulsionaram a buscar formação continuada, visando aprimorar minha atuação e oferecer um ensino mais alinhado às necessidades das crianças.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pós Graduação stricto sensu da Universidade Federal do Paraná- PR, [lisiane.ribas@ufpr.com](mailto:lisiane.ribas@ufpr.com)

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutora em Educação UFPR. [lezianydanieldaniel@ufpr.com](mailto:lezianydanieldaniel@ufpr.com)



No início de 2024, encontrei uma oportunidade relevante: a formação sobre Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), oferecida pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com universidades da região sul do Brasil. Após a inscrição e a aprovação no processo seletivo, fui contemplada com a formação, assumindo posteriormente o papel de formadora municipal em Araucária/PR, responsável por compartilhar os conhecimentos adquiridos com minhas colegas de rede. Essa experiência reforçou minha compreensão de que a leitura e a escrita são pilares essenciais no desenvolvimento infantil, e que a formação continuada é imprescindível para a construção de práticas pedagógicas adequadas e significativas.

Este ensaio teórico, de natureza qualitativa, está fundamentado em autores que discutem a formação docente e em documentos legais que regulamentam as etapas da educação básica. A alfabetização na Educação Infantil tem sido tema de intenso debate, especialmente no que se refere ao papel do professor e à adequação das práticas pedagógicas a essa fase tão singular do desenvolvimento humano.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, discute-se a importância da formação docente e da formação continuada como ferramentas para a qualificação da prática pedagógica. Em seguida, abordam-se as especificidades da Educação Infantil no Brasil, com base nas legislações vigentes, que culminam no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Posteriormente, reflete-se sobre a implementação do projeto LEEI e sua formação, finalizando com um relato da minha experiência como professora da Educação Infantil, aluna do projeto e formadora municipal.

Essa trajetória não apenas ampliou meu repertório teórico e prático, mas também reforçou a importância de uma educação infantil que respeite as singularidades das crianças, promovendo aprendizagens significativas e alinhadas às suas necessidades e potencialidades.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo investigar a formação docente no contexto da leitura e escrita na Educação Infantil, com foco no impacto da formação continuada oferecida pelo Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI). A pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender os processos e as experiências vividas pelos professores participantes do projeto, bem como refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas nessa etapa de ensino.



A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma análise aprofundada dos fenômenos educacionais, considerando a complexidade e a subjetividade envolvidas na formação docente e nas práticas pedagógicas. Para isso, foram utilizados como base os relatos de experiência da autora, que atuou como professora da Educação Infantil, aluna do projeto LEEI e formadora municipal, além de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os materiais pedagógicos do LEEI.

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e relato de experiência. A análise documental incluiu a revisão de legislações, diretrizes e materiais pedagógicos relacionados à Educação Infantil e ao projeto LEEI. Já o relato de experiência foi construído a partir da vivência da autora como participante e formadora do projeto, destacando os desafios, aprendizados e reflexões sobre a prática docente.

A pesquisa também se baseou em autores que discutem a formação docente, como Nóvoa (2020; 2022), e em estudos sobre alfabetização e letramento na Educação Infantil, como Soares (2017) e Lucca e Osti (2019). Essas referências teóricas foram essenciais para contextualizar as práticas pedagógicas e as políticas públicas analisadas.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender como a formação continuada oferecida pelo LEEI impacta a prática dos professores e contribui para a construção de uma Educação Infantil que respeite os direitos das crianças e promova aprendizagens significativas. A reflexão sobre a experiência da autora como formadora municipal permitiu identificar estratégias pedagógicas eficazes e os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Por fim, a pesquisa buscou articular teoria e prática, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel do professor na Educação Infantil e a importância de práticas pedagógicas que integrem a leitura e a escrita de forma lúdica e contextualizada, sem antecipar a alfabetização formal, mas preparando as crianças para esse processo de maneira respeitosa e instigante.

## 2.1 FORMAÇÃO DOCENTE

A formação continuada do professor é um elemento essencial para a construção de uma prática pedagógica de qualidade em qualquer modalidade de ensino. Ela vai além da simples aquisição de conhecimentos teóricos, preparando o docente para dominar conteúdos, desenvolver estratégias eficazes, realizar adaptações curriculares e responder às



demandas dos diferentes contextos educacionais. No caso específico do professor da Educação Infantil, essa formação adquire um caráter ainda mais crucial, uma vez que ele deve garantir experiências educativas que abranjam as diversas áreas do desenvolvimento infantil. O papel desse profissional não se limita à transmissão de conhecimentos; ele deve atuar como mediador de aprendizagens significativas, promovendo o desenvolvimento integral das crianças.

No entanto, para além do preparo técnico e pedagógico, é fundamental que o professor desenvolva uma postura crítica e reflexiva sobre sua prática.

A formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma "nova" profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas. (Nóvoa, 2020, p. 12).

A formação, embora seja um componente essencial da profissão docente, não se limita a ela. É imprescindível que o professor desenvolva um trabalho reflexivo e crítico sobre sua prática, buscando aprimorar constantemente sua atuação. Nóvoa (2022) reforça que o fortalecimento da profissão docente e a melhoria da qualidade da educação dependem, em grande medida, do reconhecimento e da valorização do conhecimento profissional dos professores. Esse reconhecimento não apenas legitima a expertise dos educadores, mas também contribui para a construção de uma identidade docente mais sólida e comprometida.

No entanto, os desafios enfrentados pelos professores, especialmente nas escolas públicas, vão além das questões pedagógicas. Romanowski (2023, p. 121) destaca que "formar professores no contexto contemporâneo, marcado pela desvalorização da escola e pela falta de recursos necessários e suficientes, aponta para novas demandas ampliadas e complexificadas". Essa realidade exige dos docentes não apenas competências técnicas, mas também resiliência, criatividade e capacidade de adaptação para lidar com condições muitas vezes adversas.

A formação docente, seja inicial ou continuada, desempenha um papel central ao capacitar o professor para agir de maneira consciente, responsável, crítica e reflexiva. Ela é um elemento-chave para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a construção de uma educação mais equitativa e de qualidade. Ao investir na formação e na valorização dos professores, investe-se também no desenvolvimento integral dos alunos e na transformação da sociedade como um todo.



### 2.1.2 Educação Infantil No Brasil

O estudo das práticas pedagógicas de leitura e escrita na Educação Infantil, especialmente no contexto da escola pública, revela um campo marcado por desafios e incertezas, embora já existam pesquisas e diretrizes que buscam orientar essa etapa educacional. A Educação Infantil no Brasil passou por transformações significativas nas últimas décadas, consolidando-se como uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral das crianças.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Educação Infantil deixou de ser vista exclusivamente como uma etapa de assistência social e foi integrada à Educação Básica, assumindo um caráter educativo. Posteriormente, em 2009, com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, a pré-escola tornou-se obrigatória para crianças de quatro a seis anos de idade. Essas mudanças refletiram uma maior preocupação com os índices de alfabetização e levaram à incorporação de práticas de leitura e escrita na Educação Infantil, ainda que de forma inicial e muitas vezes descontextualizada.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil, 1996, p.11).

No entanto, essa transição trouxe consigo desafios. Muitas professoras que passaram a atuar na Educação Infantil possuíam formação e experiência voltadas para o Ensino Fundamental, o que resultou em um processo de "adiantamento" da alfabetização nessa etapa. Essa prática, muitas vezes, desconsidera as especificidades do desenvolvimento infantil, priorizando a alfabetização formal em detrimento de atividades lúdicas e significativas. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, houve uma retomada das práticas de leitura e escrita na Educação Infantil, agora alinhadas ao desenvolvimento integral da criança. A BNCC reforçou a importância de práticas como a contação de histórias, brincadeiras, jogos e outras atividades lúdicas, que promovam o contato das crianças com a cultura escrita de forma contextualizada e respeitosa.



[...] colocar em dúvida a possibilidade ou conveniência da presença de alfabetização e letramento nas instituições de educação infantil é desconsiderar que a criança já chega a ela em pleno processo de alfabetização e letramento: é desconhecer o contexto cultural em que a criança está imersa fora das paredes da instituição, é rejeitar o que ela já traz de conceitos e conhecimentos, é ignorar o interesse que ela tem por ampliar seu convívio com a escrita. (Soares, 2017, p. 139).

A autora reforça que é essencial reconhecer o contexto cultural em que a criança está inserida e valorizar os conhecimentos que ela traz consigo. Nesse sentido, não se trata de negar à criança a oportunidade de aprender sobre leitura e escrita, mas de refletir sobre as formas de introduzir essas práticas. A prioridade deve ser o desenvolvimento cognitivo, a autonomia, a coordenação motora e a preparação para a alfabetização através de vivências e práticas, sem antecipá-la de forma inadequada. Desta forma, houve a necessidade de formar docentes que compreendessem esse processo, respeitando a infância, sem deixar de proporcionar os saberes primordiais para essa etapa tão importante etapa da educação básica.

A necessidade de garantir a alfabetização até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental levou à criação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e à regulamentação do Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por meio da Portaria Federal nº 826, de 7 de julho de 2017. O PNAIC teve como objetivo estimular reflexões sobre o tempo e o espaço escolares, com foco em um currículo inclusivo que contemple os direitos de aprendizagem, a integração entre componentes curriculares e a organização do trabalho pedagógico, priorizando a alfabetização e o letramento.

O processo formativo do PNAIC objetiva ampliar as discussões sobre a alfabetização na perspectiva do letramento numa abordagem interdisciplinar que privilegie um diálogo permanente e sistemático com a prática docente e com a equipe pedagógica da escola, para a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro. (Brasil, 2017).

Para muitos professores, a formação oferecida pelo PNAIC foi significativa, contribuindo para a prática docente e para a compreensão dos direitos de aprendizagem e dos conteúdos adequados a cada ciclo de alfabetização. No entanto, como destacam Lucca e Osti (2019), o projeto não resolveu todas as questões relacionadas à alfabetização, mas trouxe avanços importantes.



Assim, pode-se inferir que os Direitos de Aprendizagem estabelecidos pelo PNAIC em relação à aprendizagem nos diversos aspectos da linguagem auxiliaram o professor do 1º ano a sistematizar seu trabalho com essa faixa etária. (Lucca, 2019, p.9).

Apesar disso, os desafios persistem, envolvendo problemas estruturais como a infraestrutura das escolas, o número elevado de alunos por turma, as lacunas na aprendizagem, a formação docente e o tempo destinado à formação continuada. O PNAIC, no entanto, representa uma ferramenta valiosa para promover reflexões e mudanças necessárias no setor educacional, contribuindo para o combate ao analfabetismo e para a melhoria da qualidade do ensino público. Sua implementação reforça a importância de uma Educação Infantil que respeite o desenvolvimento integral da criança, ao mesmo tempo em que a prepara para uma alfabetização ou aquisição mais significativa e contextualizada.

## 2.2 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL (LEEI)

O projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) foi criado para ampliar o debate sobre a integração da oralidade, leitura e escrita na Educação Infantil, com foco na formação docente. Desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com universidades brasileiras, o LEEI busca aprofundar o conhecimento teórico e prático sobre essa etapa educacional, promovendo políticas públicas que garantam uma educação de qualidade para crianças de zero a seis anos.

Desde 2008, o projeto tem contribuído para a elaboração de diretrizes e acervos literários adequados à faixa etária, além de influenciar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil. O LEEI defende práticas pedagógicas que respeitem as especificidades da infância, integrando a leitura e a escrita de forma lúdica e contextualizada, sem antecipar a alfabetização formal. Essas ações imprimiram ao projeto um caráter político, fortalecendo a defesa dos direitos das crianças a uma educação de qualidade. Informações retiradas do site <sup>3</sup>LEEI mostram que:

O alcance dos debates que promoveu e a participação em diferentes espaços públicos de formulação de políticas educacionais, como por exemplo, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, a formulação de diretrizes para a constituição de acervos de livros para crianças de zero a seis anos, imprimiram, ao grupo de coordenação e aos inúmeros pesquisadores que dele participaram, um papel central de agentes políticos. Além disso, fortaleceram o tema da oralidade, leitura e escrita na Educação Infantil como um campo de

<sup>3</sup> Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/quem-somos/historico/>. LEITURA e Escrita na Educação Infantil.



pesquisa e de atuação política na defesa dos direitos das crianças pequenas a uma educação de qualidade.

O curso de formação do LEEI adota uma abordagem que articula teoria e prática, utilizando recursos como literatura, filmes e jogos para promover a formação cultural dos docentes. A proposta valoriza o brincar como eixo central da Educação Infantil, reconhecendo que as crianças devem ser apresentadas à cultura escrita de forma significativa e respeitosa, preparando-as para a futura aquisição do código escrito.

Portanto, o LEEI não apenas capacita professores, mas também reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem a infância e promovam o desenvolvimento integral das crianças, preparando-as para o contato com o código escrito de maneira contextualizada e prazerosa.

### 2.3 UM RELATO COMO PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ALUNA DO PROJETO LEEI E FORMADORA E MUNICIPAL.

No mês de setembro de 2024, tiveram início os encontros do curso do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), e minha experiência começou com o primeiro encontro presencial da formadora estadual, do qual participei na função de formadora municipal. Anteriormente, havia participado de formações a distância (EaD) sobre o acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), as atividades e as lives. No entanto, foi na formação presencial que compreendi a profundidade e a singularidade do curso, que se diferenciava de todas as outras formações das quais já havia participado. O LEEI trouxe, de forma potente, a articulação entre teoria e prática, representando uma experiência transformadora em minha trajetória profissional.

A partir dessa vivência, passei a refletir mais profundamente sobre minha prática enquanto professora da Educação Infantil. Identifiquei estratégias que poderiam funcionar melhor em sala de aula e reconheci pontos que necessitavam de aprimoramento. Essa autoanálise tem sido fundamental para o aperfeiçoamento das minhas ações pedagógicas, permitindo-me repensar o papel da leitura e da escrita na Educação Infantil de forma mais consciente e alinhada às necessidades das crianças.

O maior desafio, no entanto, foi conduzir a formação com as professoras do município. Nunca havia me arriscado em algo semelhante, e saber que ali todas compartilham saberes, vivências, lutas e desafios tão semelhantes aos meus tornou essa



experiência única e enriquecedora. Ser tutora foi muito além de mediar conteúdos; tornou-se um exercício de troca de empatia, habilidades, experiências e valorização do nosso trabalho diário. A cada encontro, construímos reflexões profundas sobre a valorização da infância e da cultura, fortalecendo os vínculos entre professoras e crianças, assim como entre nós, participantes do curso. Como o mestre Paulo Freire cita:

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire, 1996, p. 13).

Essa citação ecoou fortemente em minha experiência como formadora, reforçando a importância de uma prática docente que valorize a construção coletiva do conhecimento.

Quando as inscrições e o edital da formação foram lançados, algumas professoras confessaram não compreender inicialmente o propósito do curso. O título *Leitura e Escrita na Educação Infantil* parecia, à primeira vista, não se alinhar às diretrizes dessa etapa de ensino. No entanto, já no primeiro encontro, ficou evidente que existiam dúvidas entre as professoras, principalmente as que atuavam na pré-escola, sobre o início da aquisição do código escrito, as práticas pedagógicas adequadas e a questão central de "alfabetizar ou não na Educação Infantil". À medida que o curso avançou, a proposta da formação tornou-se mais nítida, e a compreensão de que não alfabetizamos na Educação Infantil foi consolidada. Nessa etapa, o foco deve estar no desenvolvimento e no fortalecimento das funções psicológicas superiores, como a imaginação, a memória, o autocontrole, a socialização e a coordenação motora, habilidades essenciais para que, posteriormente, as crianças possam aprender o sistema de escrita e de leitura.

No entanto, isso não significa que devemos nos abster de introduzir as crianças ao universo da cultura escrita. Pelo contrário, enquanto docentes, temos a obrigação de apresentar a elas esse elemento fundamental da cultura humana, pois é seu direito participar e se familiarizar com ele. O que precisamos, de fato, é compreender como fazer isso, considerando que a principal linguagem da infância é o brincar. Conforme destacado no Caderno 5 da Coleção *Leitura e Escrita na Educação Infantil*, "a criança acostumada a narrar, a dramatizar, a desenhar, a ilustrar a vida usando diferentes recursos e materiais pode se arriscar a escrever espontaneamente, descobrindo que se desenha também a fala" (Brasil, 2016, p. 31).



Nossa responsabilidade como professores é crucial nesse processo. A maneira como apresentamos a cultura escrita às crianças ensina-as não apenas a reconhecê-la, mas também a compreender o que fazer com ela. A abordagem utilizada na Educação Infantil deve garantir que as crianças sejam capazes de ler com compreensão e escrever com expressão no futuro. Embora, nessa etapa, elas ainda não leiam ou escrevam de maneira convencional, a forma como apresentamos a cultura escrita desempenha um papel fundamental na construção da base necessária para esse aprendizado.

Portanto, na Educação Infantil, não alfabetizamos, mas criamos as condições necessárias para que esse processo ocorra no momento adequado. Entre essas condições está o despertar do desejo e da necessidade de aprender, e, para isso, nossas práticas devem ser instigantes e provocativas, capazes de aguçar a curiosidade e o interesse das crianças. Esse é o grande diferencial do LEEI: apresentar propostas práticas e formas de trabalhar com essa faixa etária, sem oferecer receitas prontas, mas instigando nós, docentes, a ampliar nosso olhar para compreender as necessidades das crianças, sem jamais negligenciar o brincar, a infância e a ludicidade, elementos essenciais dessa etapa..

A formação terá continuidade em 2025, mas, mesmo com apenas três meses de encontros presenciais neste ano, posso afirmar que encerro 2024 com a certeza de ter contribuído para enfrentar os desafios presentes na Educação Infantil. Sinto-me mais preparada e confiante em meu papel como formadora. Essa experiência reafirmou para mim a importância de uma prática pedagógica reflexiva, centrada na criança, que valorize a infância, seus direitos e cultura. Seguimos, assim, na construção de uma prática docente cada vez mais significativa, que fortaleça os vínculos com nossas crianças e promova aprendizagens transformadoras.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de professores da Educação Infantil revela-se fundamental para a construção de práticas pedagógicas que respeitem a infância e promovam o desenvolvimento integral das crianças. Este artigo destacou a importância de uma formação docente que articule teoria e prática, capacitando os professores a integrar a leitura e a escrita de forma lúdica e significativa no cotidiano escolar. O Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI) mostrou-se uma ferramenta transformadora, ao propor abordagens que valorizam o brincar, a ludicidade e as interações como eixos centrais da educação infantil, sem antecipar a alfabetização formal ou seja a aquisição do código



escrito, mas preparando as crianças para esse processo de maneira contextualizada e respeitosa.

A experiência vivenciada no LEEI reforçou a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam a cultura e os saberes das crianças, promovendo o contato com a escrita e a leitura de forma instigante e prazerosa. A formação continuada, ao promover reflexões sobre a prática docente, contribui para a construção de uma educação infantil mais equitativa e de qualidade, alinhada às diretrizes legais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

No entanto, os desafios persistem, especialmente no que diz respeito à desvalorização da profissão docente, à falta de recursos e à infraestrutura inadequada nas escolas públicas. Esses obstáculos reforçam a urgência de políticas públicas que invistam na formação e na valorização dos professores, garantindo condições adequadas para o exercício da docência.

Encerrar esta trajetória com a experiência do LEEI renovou o compromisso com uma prática pedagógica reflexiva, centrada nas crianças e sensível às suas necessidades. A formação não apenas ampliou o repertório teórico e prático, mas também fortaleceu a convicção de que a educação infantil deve ser um espaço de acolhimento, ludicidade e construção de saberes, preparando as crianças para os desafios futuros sem negligenciar o direito à infância.

Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise mais aprofundada sobre a aplicação das diretrizes de formação continuada em diferentes contextos educacionais, bem como o impacto dessas formações no desenvolvimento das crianças. Essa investigação poderá contribuir para a identificação de pontos que ainda necessitam de aprimoramento, fortalecendo a construção de uma Educação Infantil que respeite e valorize a infância em todas as suas dimensões.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: [PNLD Pnaic - Ministério da Educação\(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 05/10/2024 às 16:10 hrs.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\) - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 05 out. 2024, às 10:09.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. 1996. Disponível em: [lei\\_9394.pdf \(mec.gov.br\)](#). Acesso em 05/10/2024 às 10:02hs.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Crianças como leitoras e autoras**. 1. ed. Brasília: MEC/SEB, 2016. 128 p. il. 20,5 x 27,5 cm. (Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, v. 6. Caderno 5). Por Patrícia Corsino, Maria Fernanda Rezende Nunes, Mônica Correia Baptista, Vanessa Ferraz Almeida Neves e Angela Rabelo Barreto.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCCA, Tatiana Andrade Fernandes de. OSTI, Andréia. **Contribuições e limitações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: um estudo com professores alfabetizadores**. Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 24(2):175-193, maio/ago. 2019.

LEITURA e Escrita na Educação Infantil. **Histórico – Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil**. Disponível em: <https://lepi.fae.ufmg.br/quem-somos/historico/>. Acesso em: 05/10/ 2024 às 17:33.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Repositório da Universidade de Lisboa, 1992. Disponível em: < <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>.

NÓVOA, Antonio. **Conhecimento profissional docente e formação de professores**. Revista Brasileira de Educação. V. 27. 2022.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; SAHEB, Daniele e OLIVER MARTINS, Pura Lucia. Cap. 5 - **Formação pedagógica do prof. na contemporaneidade** In: Currículo e formação de professores [recurso eletrônico]: Considerações sobre o desenvolvimento profissional / organizadoras: Marielda Ferreira Pryjma, Jamile Cristina Ajud Bridi, Silvana Stremel.-- Curitiba, PR : EDUTFPR, 2023.

